

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

### PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

### EMENDA Nº

Dê-se ao art. 143 do Projeto a seguinte redação

“Art. 143. ....

.....

.

§

2º .....

V – benefícios tributários associados ao incentivo a projetos esportivos e para desportivos.”

### JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente emenda é suprimir a exigência de revalidação quinquenal atualmente imposta aos incentivos fiscais ao esporte. Essa medida é fundamental para assegurar a continuidade dos sobreditos benefícios sem interrupções periódicas, reforçando o papel estruturante dos incentivos no fortalecimento do setor.

A Constituição Federal, em seu artigo 217, atribui ao Estado o dever de fomentar práticas desportivas, reconhecendo o esporte como um direito de todos. Os incentivos ao esporte têm sido essenciais para a concretização desse dever constitucional, viabilizando projetos que promovem inclusão social, cidadania, saúde e desenvolvimento humano por meio da



parceria entre poder público e iniciativa privada. Sua ~~perenização~~ perenização representa o amadurecimento de uma política pública inovadora e eficaz.

Ademais, ao eliminar a limitação temporal do benefício, promove-se maior estabilidade jurídica e previsibilidade para os entes proponentes e beneficiários dos projetos esportivos. A necessidade de revalidação periódica gera incertezas e pode comprometer a continuidade e a sustentabilidade de ações relevantes. Tornar o incentivo tributário permanente é, assim, um passo decisivo para garantir estabilidade institucional, proteger investimentos sociais e reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com o fortalecimento do esporte como direito e política pública.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado ORLANDO SILVA

